

CNPJ: 04.745.350/0001-3

Magalhães Andrade S/S
Auditores Independentes
CRC-2SP000233/O-3

C.N.P.J. nº 51.459.642/0001-9

Rádio Panamericana S.A.
CNPJ 06.628.322/0001-79 - RUA JOSE DE ALMEIDA, 100 - Edifício de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
Ficam os senhores Ações do **Rádio Panamericana S.A.** e seus Titulares e Representantes convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 14 de junho de 2019, às 9:00 horas, no sede social da companhia, localizada na Av. Paulista, 807 - andar - São Paulo/SP. Com a seguinte Ordem do Dia: 1) Atualização dos dados das Administradoras, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; 2) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido de exercícios e a distribuição de dividendos; 3) Eficácia das ações de desinvestimento, no âmbito dos Estatutos Sociais, pelo colégio da diretoria estabelecida em resoluções de administração; 4) Renovação da remuneração global dos Administradores; 5) Competência e estatística de distribuição de créditos de referência; 6) Encargos da Rádio Paulista, 24 de maio de 2019. **Antonio Augusto Almeida de Carvalho Filho** - Diretor Presidente. (08.25.30/5/19)

AGROPECUÁRIA DA CAILA LTDA. - ME. - CNPJ nº 04.525.579/0001-67 - NIRE 35216987538
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Data, Hora e Local: Aos 26/04/2019, às 10h, na sede da sociedade, na R. Barão do Rio Branco, 278, Bairro Centro, em Capivari-SP, CEP 13.360-000. **Presença:** Sócios representando a totalidade do capital social, conforme a lista anexa. **Assistência:** Advogado(a) constituído(a) pelo Conselho de Administração. **Secretário:** Apudatário dispensado nos termos do §6º do artigo 1072 do Código Civil. **Ordem do Dia:** 1. Abertura dos trabalhos. 2. Leitura e aprovação do processo de convocação. 3. Leitura e aprovação do Edital. **Deliberações:** Após a leitura dos documentos mencionados na ordem do dia, esclarecendo que o capital social que atualmente é de R\$ 892.679,00, dividido em 892.679 quotas totalmente subscritas e integralizadas, o valor atualizado do capital social é de R\$ 1.000.000,00, o Conselho de Administração decidiu redigir o mesmo em RS 564.553,00, distribuindo proporcionalmente às quotas, na razão de sua participação na empresa, passando dessa forma, o capital social para RS 328.126,00, dividido em 328.126 quotas, todas integralizadas. 4. Leitura e aprovação do processo de alteração estatutária. 5. Aprovação e votação, foram aprovadas sem reservas e restrições. **Encerramento e Aproveitamento da Ata:** Terminados os trabalhos, iniciando qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata, que, lida, foi aprovada e assinada pelos sócios presentes: Manoel Antonio Benício - Presidente(a) e Marco Antonio Antunes Secretário, assinado por Inez Luiza Amichino.

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

Juros do rotativo do cartão de crédito cai para 298,6% ao ano em abril

Os consumidores que caíram no rotativo do cartão de crédito pagaram juros um pouco menos caros em abril. A taxa média do rotativo caiu 0,8 ponto percentual em relação a março, chegando a 298,6% ao ano. Os dados foram divulgados pelo Banco Central. A taxa média é formada com base nos dados de consumidores adimplentes e inadimplentes.

No caso do consumidor adimplente, que paga pelo menos o valor mínimo da fatura do cartão em dia, a taxa chegou a 278% ao ano em abril, recuo de 3,4 pontos percentuais em relação a março. A taxa cobrada dos consumidores que não pagaram ou atrasaram o pagamento mínimo da fatura (rotativo não regular) subiu 1,2 ponto percentual, indo para 313,6% ao ano.

O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. O crédito rotativo dura 30 dias. Após esse prazo, as instituições financeiras parcelam a dívida.

Em abril de 2018, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu que clientes inadimplentes no rotativo do cartão de crédito passem a pagar a mesma taxa de juros dos consumidores regulares. Essa regra entrou em vigor em junho deste ano. Mesmo assim, a taxa final cobrada de adimplentes e inadimplentes não será igual porque os bancos podem acrescentar à cobrança os juros pelo atraso e multa.

Enquanto a taxa de juros do rotativo chegou a 298,6% ao ano, o parcelamento das dívidas do cartão de crédito pôde ser feito com juros de 170,8% ao ano em abril. As taxas médias do crédito parcelado do cartão caíram 7,7 pontos percentuais em relação a março.

Cheque especial
Já a taxa de juros do cheque especial subiu 0,6 ponto percentual em abril, comparada a março, e está em 323,3% ao ano.

As regras do cheque especial mudaram no ano passado. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), os clientes que utilizam mais de 15% do limite do cheque durante 30 dias consecutivos passaram a receber a oferta de um parcelamento, com taxa de juros menores que a do cheque especial definida pela instituição financeira.

As taxas do cheque especial e do rotativo do cartão são as mais caras entre as modalidades oferecidas pelos bancos. A do crédito pessoal não consignado é mais baixa: 127,1% ao ano em abril, mesmo com o aumento de 3,2 pontos percentuais em relação a março. A taxa do crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) recuou 0,3 ponto percentual, indo para 23,4% ao ano em abril.

A taxa média de juros para as famílias subiu 0,6 ponto percentual em abril para 45,9% ao ano. A taxa média das empresas ficou em 19,9% ao ano, alta de 0,1 ponto.

Inadimplência
A inadimplência do crédito, considerados atrasos acima de 90 dias, para pessoas físicas, caiu 0,1 ponto percentual e ficou

em 4,7% em abril. No caso das pessoas jurídicas, o indicador ficou em 4,7%, com queda de 0,1 ponto percentual. Esses dados são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado.

De acordo com o Banco Central, a inadimplência das famílias (pessoas físicas) continua no menor nível histórico, desde a série iniciada pelo Banco Central em março de 2011. A explicação são os programas de refinanciamentos e repactuações de dívidas em atraso.

No caso do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito) os juros para as pessoas físicas oscilaram 0,1 ponto percentual para cima, para 7,7% ao ano. A taxa cobrada das empresas, porém, caiu 0,4 ponto percentual, para 9,6% ao ano.

A inadimplência das pessoas físicas no crédito direcionado ficou estável em 1,8% e a das empresas subiu 0,2 ponto percentual, para 2,3%.

Em abril, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos ficou em R\$ 3 268 trilhões, estável em relação a março, mas com expansão de 0,3% no ano. Em 12 meses, a expansão foi de 5,4%. Esse estoque do crédito corresponde a 47% de tudo o que o país produz – o Produto Interno Bruto (PIB). Isso representa queda de 0,3 ponto percentual em relação a março (47,3%). (Agência Brasil)

CNPJ: 04.745.350/0001-30

[illegible]

Resultado abrangente do exercício	293	206	1.577	1.300
-----------------------------------	-----	-----	-------	-------

[illegible]

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA					
EXERCÍCIO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhões de reais)					
	Notas		2014	2013	Cumulado em 31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			293	266	1.577
Liquidez (prejuízo) líquido do exercício			-	-	1.386
Ganho por reconhecimento do lucro (prejuízo) líquido			-	-	89
Aumento (diminuição) de provisões			-	222	45
Ganho/(perda) na alienação do imobilizado			929	809	80
Variação em amortização Juros e variações monetárias			-	-	1.118
Acréscimo a valor presente			-	-	1.118
Resultado de equivalência patrimonial			-	-	(47)
Pagamento para demandas judiciais	7	(298)	(261)	(106)	(47)
Pagamento baseado em ações			-	-	47
Provisão estimada de créditos de liquidação dividida			-	602	443
Provisão para obsolescência e açúes			-	33	(1)
Reversão de provisões e a garantia			-	-	130
Variações operacionais			-	-	150
Variações no ativo e passivos subsidiárias			-	-	130
Variações nos ativos e passivos operacionais:			(5)	6	4.809
Captação de recursos			-	-	(859)
Resgate de títulos emitidos			-	-	(1.485)
Tributos a recuperar			2	-	(474)
Capitalização de juros			2	-	(294)
Despesa com juros			-	(1)	233
Prejuízos reclassificados			-	-	353
Outros ajustes			-	-	(25)
Fornecedores			-	-	(266)
Empreiteiros			-	-	2.270

Salários e encargos sociais	-	-	72	59
Impostos e contribuições a recolher	-	-	(433)	(128)
Pagamento de demandas judiciais	-	-	(257)	-

[illegible]

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Custo com estoques	-	-	(41.274)	(23.790)

Despesa com pessoal	(5.300)	(2.819)
Despesas de terceiros	(1.000)	(1.000)
Despesas funcionais	(1.432)	(795)
Despesas com bens	(1.000)	(1.000)
Outras despesas	(1.000)	(1.750)
Total	(9.732)	(8.364)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(11.274)	(62.796)
Despesas com impostos	(1.000)	(1.000)
Despesas fiscais e administrativas	(1.000)	(1.000)
Total	(13.274)	(64.796)

12. Transações não caixa

Em 14 de agosto de 2015 a Companhia, através de atos controlados, teve transações que não foram apresentadas nas Demonstrações de Fluxo de Caixa, entre as incorporações de subsidiárias e a aquisição de ativos intangíveis, a aquisição de ativos não controlados e a troca parcelar do provimento/imposto de renda devido e/ou novas demandas judiciais, como: incorporação de subsidiárias e aquisição de ativos intangíveis, a aquisição de ativos não controlados e a troca parcelar do provimento/imposto de renda devido e/ou novas demandas judiciais, como:

12.1. Incorporação de subsidiárias

Em 14 de agosto de 2015, a Câmara Interimista de Arbitragem - CCJ emitia parecer sobre o Procedimento Arbitral, condenado a Companhia e sua subsidiária OBO a indenizar a Moran e a OBO por danos materiais e morais, no valor de R\$ 10 milhões. A Moran e a OBO não pagaram OBO e R\$ 25 para Wilkes, incluindo custos processuais, foi integralmente liquidada em 1 de abril de 2016, quando a Moran e a OBO pagaram a quantia pelo acerto de pendências, acordando com a Moran e a OBO para pagar as despesas e o negócio de atuação dos serviços para o Grupo.

12.2. Aquisição de ativos intangíveis

Em 14 de agosto de 2015, a Câmara Interimista de Arbitragem - CCJ emitia parecer sobre a Sentença, em dezembro de 2010, equivalente a 42,53% do capital social à época pelo valor total de R\$ 937,7. Em 31 de dezembro de 2014 a remuneração das parcelas anuais, contabilizadas pelo valor total de R\$ 937,7, foi paga em 14 parcelas, totalizando para a PCA, sendo a última anuidade de R\$ 100,00.

CONTADOR

Marcelo Simões Pató - UFRJ-ISP 1836/6/U-0

feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de

São Paulo, 28 de junho de 2018

Magalhães Andrade S/S
Auditores Independentes

Contador - CRC15P116/58/O-6

feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de

Magalhães Andrade S/S
Auditores Independentes

--	--

para efeito= President

Education para...

504, Jardim P

OBSERVAÇÃO

CNPJ: 04.745.350/0001-38

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhões de reais)

(nas) atividades operacionais	(244)	84	(1.548)
-------------------------------	-------	----	---------

Ido em:	Amortização	Ativos mantidos à venda e operações	Variação
---------	-------------	--	----------

(i) reserva legal de R\$ 53, (ii) reserva para retenção de lucros de R\$ 384 e (iii) lucros de

responsabilidade do conteúdo veerdado, isentado o leiloeiro e a organização de leilões de quaisquer responsabilidades. As demais condições aplicáveis ao presente Edital nº 21/891 de 19 de outubro de 1992 com as alterações introduzidas pelo Edital nº 22/427 de 19 de fevereiro de 1993, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial - Informações (1) 3099-0483 ou e-mail do Leiloeiro: contas@pachecoaleilao.com.br

30/05, 03/06 e 10/06/19

